



## RELATO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Nesta última quinta, dia 12 de março, em Brasília-DF, no Ministério da Educação, o SINASEFE foi recebido pelo Secretário Executivo Luiz Cláudio e o chefe da SETEC Marcelo Feres, estiveram presentes representando o SINASEFE os diretores Fabiano Faria, Flávio Barbosa, Lindon Johnson e Marcos Dorval Schmitz.

A reunião inicialmente deveria ter sido com o Ministro da Educação Cid Gomes, que no entanto não pode comparecer em função de estar hospitalizado. Ainda assim, a reunião foi mantida e de acordo com o Secretário Executivo, a reunião com o Ministro vai ser reagendada tão logo o mesmo volte às suas atividades.

No início da reunião, perguntamos ao secretário sobre a disposição da nova equipe ministerial em negociar com os trabalhadores, ao que nos foi respondido que a nova equipe estava aberta ao diálogo de todas as questões propostas. Colocamos então em pauta a retomada da agenda de negociações da pauta de nossa última greve que foi interrompida e até agora nenhuma sinalização de novas reuniões. Imediatamente foi nos dito que a agenda poderia sim, ser imediatamente retomada, e o Secretário, dirigindo-se ao chefe da SETEC disse que este estava autorizado a iniciar as negociações interrompidas. Todos deverão de se lembrar que em nossa última greve apresentamos uma vasta gama de pontos que são hoje razão de várias mobilizações nas IFE, tais como as 30 horas, a progressão por salto, o pagamento dos retroativos da progressão DI-DIII, data base etc.

Logo em seguida, entramos nos méritos de algumas questões que estão dentro da pauta da greve e também de novas demandas da categoria. Tocamos no assunto do grande número de erros que são cometidos pelos DGP na aplicação da lei 12.772. São muitos os exemplos, e se dão mais em alguns institutos que outros. A razão de grande parte deste imbróglio é que inexistente qualquer política do MEC em estabelecer uma compreensão única da lei, como deve existir. Entre estes, mencionamos o caso do posicionamento errado na tabela docente em vários institutos, seja pela compreensão equivocada sobre a aplicação do interstício de 18 meses entre o início da lei 11.784, em 2008 e o decreto regulamentador 7.806, em 2012. Do direito ao regime de dedicação exclusiva que tem sido negado em algumas IFE aos novos docentes na medida em que alguns DGP fazem o edital predominar sobre a lei, e colocados em outros como imposição aos mesmos, desconsiderando em ambos os casos o direito de escolha e qualquer possibilidade de diálogo que deve existir num momento de transição entre duas leis tal como o que vivemos.

Tocamos também no problema verificado em alguns institutos, que recusam a primeira promoção em 18 meses em função de uma interpretação literal e não razoável das regras e mediações transitórias, sobre a aplicação do interstício de 18 meses entre o período de início da vigência da lei 11.784 e a o decreto 7.806 (que regulamentou a progressão DI-DIII), entre outros assuntos todos eles referentes à desigualdade do entendimento e aplicação das disposições legais da carreira docente e técnica pelos mais diversos DGP de vários institutos. O chefe da SETEC tomou nota de todas as observações e mais tarde solicitou que enviássemos por escrito as observações a fim de embasar as discussões.

Colocamos também demandas novas da categoria entre as quais a extensão do RSC aos técnico-administrativos e aposentados no período anterior ao início da vigência da lei 12.772, em primeiro de março de 2013. Apresentamos nossa proposta aprovada na 128ª PLENA, no sentido da





# SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FUNDADO EM 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FILIADO À



construção de um GT com sindicatos, governo e Conif a fim de discutir construir uma proposta para essa demanda. Os representantes do MEC demonstraram que já estavam cientes desse pleito, mas desconheciam proposta do Conif. Concordaram em iniciar o debate, embora não tenha sinalizado de maneira clara e objetiva pela construção do GT por nós proposto.

Não tocamos em todas as demandas da categoria, visto ser nossa prioridade o reatamento das negociações e a construção de uma agenda. E dentro do espírito da retomada das discussões, cobramos também do governo a reabertura dos GT não concluídos da greve de 2012, e o envio aos sindicatos dos dados e documentos que o governo se comprometeu a disponibilizar para o avanço das negociações referentes à racionalização dos cargos do segmento técnico-administrativo, e da passagem dos técnico-administrativos das Escolas Militares para o PCCTAE, bem como a transposição dos servidores dos ex-territórios para o quadro do MEC, entre outros. Solicitação que os membros do governo se dispuseram a atender.

Antes de terminar, colocamos ainda o problema da democratização na rede, Temos vários *campi* onde os docentes são obrigados “cumprir horário”, permanecendo oito horas dentro da escola mesmo em dias que não têm atividades letivas, em prejuízo da preparação de aulas e execução de projetos de pesquisa, tal como acontece em Patos de Minas-MG e alguns *campi* do IFPR e muitos *campi* onde o princípio da gestão democrática presentes tanto na LDB como na lei 11.892 jamais chegou a ser aventado, onde as reuniões, quando ocorrem são simplesmente para “informar” e jamais para discutir e construir coletivamente o que quer que seja. São numerosos os casos de técnicos e docentes que são ameaçados em seus estágios probatórios por exercerem seu direito de crítica às medidas autoritárias de vários reitores e diretores gerais, Isso sem falar nos casos de reitores eleitos pela comunidade que passam vários meses sem serem nomeados e sem que a comunidade dos institutos que os elegeram tenha qualquer informação a respeito do andamento dos processos, como aliás está ocorrendo neste exato momento no IFPA.

O Chefe da SETEC se mostrou sensível a situação e forneceu aos representantes do SINASEFE seus contatos pessoais, a fim de aumentar os canais de diálogo e informação e tentar intermediar medidas de diálogo com o movimento sindical no sentido de avançar e consolidar o processo de democratização na rede.

Concluindo, os representantes do governo, ao menos formalmente, demonstraram muita disposição em dialogar, mas não devemos nutrir ilusões exageradas. Já ouvimos muitas vezes manifestações da intenção do diálogo e em quase todas elas, o processo foi bruscamente interrompido sem qualquer satisfação. Precisamos sim, apresentar nossas demandas e defende-las veementemente, mas qualquer passo, por mínimo que seja dependerá de nossa vigilância e mobilização.

Por fim ficou agendada para o dia 13 de abril uma próxima reunião onde devemos apresentar detalhadamente nossa pauta a ser discutida no MEC.

**Brasília-DF, 17 de março de 2015**

**Direção Nacional do SINASEFE**



SCS, QD 2, ENT 22, BL C, ED SERRA DOURADA, SLS 109/110 - CEP: 70300-902 - BRASÍLIA-DF  
FONE: (61) 2192-4050 - FAX: (61) 2192-4095 - E-MAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR  
WEBSITE: WWW.SINASEFE.ORG.BR